

# Presidente viaja para Nova York sem definição do Senado sobre acordo

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O Senado Federal adiou para terça-feira da semana que vem a manifestação sobre os termos do acordo dos atrasados, negociado com o comitê de bancos credores, envolvendo um valor calculado entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado ouviu ontem por mais de quatro horas, em sessão secreta, o negociador oficial, embaixador Jório Dauster, e o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, mas não houve entendimento para que a votação ocorresse a tempo da viagem do presidente da República aos Estados Unidos.

O presidente Fernando Collor embarca na segunda-feira, dia 17, para uma série de conversas com representantes do governo norte-americano e gostaria de levar ao presidente George Bush a notícia da aprovação do acordo por parte do Senado Federal, mas o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) — um dos que pediu vistas do relatório favorável ao acordo, apresentado pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG) na terça-feira — decidiu utilizar o prazo máximo de cinco dias que tem para avaliar os termos do acordo e colocar suas opiniões sobre o texto negociado com os credores.

## SEM DÚVIDAS

Não havia dúvidas, ontem, de que o acordo dos juros atrasados será aprovado pela comissão. A grande maioria dos senadores presentes à sessão secreta manifestou à saída do encontro sua intenção de votar favoravelmente, com exceção dos senadores Ruy Bacelar e Eduardo Suplicy (PT-SP), que já decidiram votar contra o acordo. Suplicy, que também havia pedido vistas, estava disposto a apresentar hoje seu voto para não obstruir os trabalhos da comissão.

Segundo relato do senador Odacir Soares (PFL-RO), o presidente do BC apresentou números sobre as reservas internacionais do País que tranquilizaram os membros da comissão. "Ele nos disse que as reservas estão hoje em US\$ 8,8 bilhões, que o limite mínimo exigido pela Resolução nº 82 do Senado Federal é de US\$ 6,8 bilhões (garantindo quatro meses de importação, com base na média mensal das importações ocorridas nos últimos doze meses) e que, portanto, a situação do setor externo é tranquila", atestou o senador Soares.

## "DECISÃO POLÍTICA"

Aquela tranquilidade, ainda conforme o relato do senador, seria resultado da evolução das exportações acima do nível esperado e do comportamento das importações abaixo da expectativa. Gros teria assegurado aos senadores que o governo não pagará a dívida externa com emissão monetária. "Trata-se de uma decisão política, o governo não vai gerar recursos para o pagamento da dívida que seja inflacionário", atestou o senador do PFL por Rondônia.

O senador José Fogaça

(PMDB-RS) acha que a explicação técnica apresentada por Dauster e Gros, ontem, foi convincente. O senador Albano Franco (PRN-SE) também está favorável ao acordo, apenas lamentou que o presidente da República acabe viajando para os Estados Unidos antes do protocolo do acordo com os credores ser aprovado pelo Senado Federal.

"Diante da posição intransigente do senador Ruy Bacelar, surgiu a impossibilidade de a comissão terminar a discussão hoje (ontem)", comentou o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PFL-PB).

O senador Ruy Bacelar alega que precisa de mais tempo para elaborar o seu voto. Ele quer também desenvolver um trabalho junto aos demais membros da comissão para que não aprovem a mensagem do presidente da República que encaminhou os termos do acordo dos atrasados ao Senado Federal, pois acha que o governo deveria ter negociado junto o estoque da dívida. "O governo demorou um ano e meio para negociar e não vejo por que devo agilizar a votação", atestou ele, à saída do encontro, já mais calmo, depois de protestar por não ter sido avisado com antecedência sobre a realização da sessão secreta. Bacelar é vice-presidente da comissão e acabou chegando atrasado uma hora, sem esconder o ar de descontentamento.

## MAL-ENTENDIDO

Quem ficou do lado de fora da sala onde se reúne a comissão não conseguiu escutar as explicações técnicas apresentadas por Dauster e Gros, mas pôde ouvir com facilidade as acusações trocadas, em tom mais alto, entre os senadores Ronan Tito e Eduardo Suplicy.

"Houve apenas um mal-entendido entre eles", comentou o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA). A discussão envolveu uma argumentação levantada por Tito, no sentido de que o presidente da Shell teria perdido recentemente uma oportunidade de trazer US\$ 1 bilhão de investimentos ao Brasil porque, em Londres, decidiu-se aplicar os recursos na China, país que abriu as fronteiras ao capital estrangeiro e que exige apenas imposto de renda dos aplicadores. Nesse momento, o senador Suplicy aproveitou para lembrar ao senador Tito que havia sido por ele chamado de "impatriótico", em uma sessão anterior, justamente porque relutava em dar apoio a um acordo que deixará os bancos credores internacionais isentos do pagamento de imposto de renda sobre os rendimentos que vierem a receber.

Suplicy insiste naquele ponto, mas sabe que será voto vencido na comissão.

O coordenador para assuntos internacionais do Ministério da Economia, Carlos Eduardo de Freitas, enviou ontem aos senadores da comissão as tabelas com todos os dados que procuram demonstrar a capacidade de pagamento do País. Suplicy e Coutinho Jorge esperavam também, ainda ontem, conhecer o fluxo de pagamentos no papel que envolve o acordo dos juros atrasados.